



Número 128 - agosto de 2013

Os Brics e a Ação Sindical

Os Brics e a Ação Sindical

Histórico e significado político e econômico

Atualmente, quando se faz referência à sigla Brics, a citação remete a um agrupamento de cinco países (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, esta última referida pelo nome em inglês, South Africa), mas nem sempre foi assim. No período inicial, BRICs (apenas com o “s” em minúsculo) referia-se ao grupo dos quatro países listados inicialmente, sem a África do Sul (que só se juntou ao grupo em 2011), e o “s” denotando apenas o plural.

A ideia inicial dos Brics foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudos nos quais era enaltecido o potencial dos mercados emergentes¹. A partir daí, espalhou-se como ideia de força e sigla importante que se referia a mercados emergentes em diversos meios financeiros e acadêmicos, além de meios de comunicação.

Apenas em 2006, em uma reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos quatro países iniciais, realizada durante a Assembleia Geral da ONU em setembro, em Nova Iorque, a sigla vira uma efetiva articulação política. O passo seguinte foi estruturar um esquema de reuniões, envolvendo desde encontros de Chefes de Estado/Governo, até ministros e negociadores, em reuniões gerais e temáticas. A primeira reunião de chefes de Estado aconteceu na Rússia, em 2009.

O grupo Brics é, hoje, um importante bloco na política e na economia internacional. Composto por lideranças regionais, o bloco representa quase metade da população mundial (especialmente pela participação de China e Índia), cerca de um quinto da superfície terrestre (pelas dimensões de Rússia, China e Brasil), economias diversificadas com elevado crescimento nos últimos 15 anos e uma enorme abundância de recursos naturais, que propiciam produção agrícola, mineral e energética expressiva. O peso econômico é inegável, com uma participação no PIB mundial equivalente a União Europeia ou EUA, embora muito disso se deva à importância da China, da mesma forma que ocorre quando a referência é feita com relação à participação do grupo no comércio internacional.

No caso da constituição dos Brics, existiram duas ideias importantes, juntando os países considerados como espaço econômico relevante fora da chamada “tríade” (EUA, Japão, Europa).

¹ Por exemplo em “**Dreaming with BRICs: The Path to 2050**”, **Global Economics Paper no. 99, Goldman Sachs Financial Workbench, 2003.**

Com Índia e África do Sul, o Brasil formava o chamado grupo Ibas, também estruturado e operando, resultado de articulações da política externa brasileira a partir do Governo Lula. Esses três países constituíram uma espécie de “grupo do andar de baixo” de importantes países em desenvolvimento, formalmente democráticos, e que operavam de acordo com a tríade, não apenas para expandir o comércio, mas para levar adiante uma agenda mais estrutural, incluindo temas comuns como desenvolvimento, distribuição de renda, relação com movimentos sociais e sustentabilidade, entre outros.

Um segundo nível de entendimento deu-se com uma discussão no “andar de cima”- ou seja, com Rússia e China, países membros do Conselho de Segurança da ONU. Nesse caso, as discussões incluíam os temas do G-20 econômico; Nações Unidas; instituições financeiras internacionais e aspectos financeiros do desenvolvimento. Esse último envolvia a importância da proposta do chamado “Banco dos Brics”, e a ideia de um sistema que permitisse o comércio em moedas nacionais entre os países Brics. Entretanto, merece destaque o fato de que existem, no grupo de países, muitas diferenças (políticas, sociais, étnicas, militares, econômicas, geopolíticas e outras), incluindo a diferença fundamental de perspectiva relativa ao cenário global no presente e no futuro próximo.

No caso do Brasil (e da África do Sul), comparados com os outros membros do grupo dos Brics, existe ainda uma diferença fundamental: o poder das corporações transnacionais dos países desenvolvidos dentro dessas duas economias nacionais, significando que muitas decisões estratégicas relativas a investimento, tecnologia, estratégia comercial e como organizar as cadeias produtivas etc., são tomadas fora do país.

Os Brics se articulam ainda buscando formas de aumentar a influência que podem exercer nos rumos da economia e da política internacional. A constituição formal do grupo no âmbito de uma Assembleia da ONU é uma forma de confirmar esse interesse. Outra forma é por meio das parcerias nas discussões das instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial), em que defendem reorganização na estrutura de poder por meio da alteração das quotas de participação dos países nessas instituições, ou na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde se articulam no chamado “G20 comercial”. Ativo desde meados da primeira década do século XXI, o G20 busca e obtém protagonismo nas negociações comerciais multilaterais, o que também ajuda a ilustrar essa atuação concreta.

A institucionalização maior do funcionamento dos Brics se dá através, especialmente, das Cúpulas de Chefes de Estado/Governo, que passaram a acontecer a partir de 2009, na Rússia. A esta seguiu-se a Cúpula de Brasília, em 2010; a Cúpula de

Sanya, China, em 2011; a Cúpula de Nova Delhi, Índia, em 2012, e finalmente, a 5ª. Cúpula, em Durban, África do Sul, este ano.

Os Brics e o G-20

Um ponto especial, que garante a expressividade do novo grupo, é que todos os cinco países participam ativamente do chamado G20, grupo articulado para lidar com a crise mundial a partir de 2008, e que acabou refletindo uma nova dinâmica da geopolítica internacional.

A eclosão de uma forma mais explícita da crise econômica internacional a partir de 2008 representa impactos diretos negativos, causando turbulências e alterações importantes sobre a trajetória seguida até aquele momento pela economia brasileira, especialmente pelo encurtamento da liquidez internacional e pelo forte encolhimento dos fluxos de comércio, nos quais o Brasil se inseria de forma dinâmica.

Por outro lado, a crise significa alterações importantes de paradigmas de operação da política macroeconômica mundial, com a demanda por uma intervenção mais ativa do Estado em um primeiro momento, substituindo a crença cega nas virtudes e nos automatismos do chamado mercado. Isso permite reforçar políticas públicas no campo da economia e de operação das empresas estatais brasileiras, que até então eram evitadas ou adotadas de forma cautelosa e/ou tímida. Exemplo disso é a mudança mais clara do paradigma fiscal, com a redução da política de superávits fiscais (desde fins de 2008 até o fim de 2010), em sintonia com as medidas internacionais de ampliação do gasto público para tentar reverter a crise econômica e voltar a dar fôlego às combalidas economias nacionais.

No plano internacional, durante a crise, o Brasil percebeu a oportunidade para atuar politicamente no sentido de articular com outros países para que fossem realizadas mudanças na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional. Assim como outros países emergentes, o Brasil sempre defendeu a posição de que para a solução para a crise ser efetiva, deveria ser discutida e coordenada juntamente com os países em desenvolvimento no âmbito do G-20 e, ainda, ter seu plenário constituído pelo nível mais alto de representação de cada país, ou seja, entre seus Presidentes e chefes de Estado. O Brasil seguiu insistindo junto aos demais países para que o G-20 se constituísse o principal fórum de discussão e cooperação econômica e financeira internacional, em substituição ao G-8. Na cúpula de Presidentes realizada em Pittsburgh (EUA) essa decisão esteve presente em sua declaração final. Desta forma, o governo brasileiro reconhece a legitimidade das iniciativas do G-20 e vem buscando acompanhar as reformas dos principais fóruns multilaterais sobre o tema.

Como a crise atingiu o Brasil principalmente através do setor externo, inicialmente sua maior preocupação e atuação no âmbito do G-20 deu-se no sentido de facilitar o acesso ao crédito comercial, da denúncia às medidas protecionistas e seus riscos e ainda, no plano das relações econômicas internacionais, da retomada e conclusão da Rodada de Doha de negociações da OMC. Em seguida, outros temas ganharam progressivamente destaque na agenda do Brasil em relação ao G-20, sendo as duas principais, a reforma das instituições financeiras internacionais – com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) – e a redução dos desequilíbrios macroeconômicos globais.

O Brasil, dentro de sua estratégia de “jogar em vários tabuleiros”, articula sua participação no G-20 com outros espaços de negociação em que o país tem presença no cenário internacional, como o grupo Brics, o grupo Ibas (Índia, Brasil, África do Sul), o G-20 comercial, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-4 da ONU (Índia, Brasil, Alemanha e Japão), o Mercosul (onde também está a Argentina, também participante do G-20), além de várias articulações bi-nacionais e bi-regionais que envolvam outros países ou regiões participantes do G-20. Desta forma, o Brasil busca catalisar e potencializar sua participação no interior do G-20, que, de outra maneira, seria confinada ao peso específico (população, PIB, participação no comércio e nas finanças internacionais) que o Brasil tem dentro do grupo.

A 5ª. Cúpula dos Brics

Realizada em Durban, África do Sul, um pouco antes da Páscoa, a 5ª Cúpula dos Brics não representou nenhuma grande surpresa em relação aos temas tratados, mas algumas sinalizações presentes na Declaração Final de 27 de março merecem ser acompanhadas.

Antes de mais nada, ao ler a declaração é preciso ter em conta que a reunião aconteceu na África do Sul, o quinto e mais recente membro dos Brics - que se juntou posteriormente a Brasil, Rússia, Índia e China – e, talvez por isso, as inúmeras referências na resolução final relacionadas a perspectivas de desenvolvimento na África e a temas africanos em geral. Destes, um ponto importante como afirmação conceitual é o de número 4 da declaração, que reconhece a importância da integração regional para um crescimento sustentado da África, para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

Muitos pontos da declaração final falam, ainda, da necessidade de investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento e o crescimento econômico da África, o que de fato parece ser absolutamente essencial. Para muitos, entretanto, especialmente os presentes nas atividades paralelas à cúpula oficial, a linguagem cifrada das declarações

oficiais não representava o desenvolvimento de uma infraestrutura social, com água, saneamento, transportes públicos, habitação e serviços sociais para as populações africanas. Relacionar-se-iam mais com a realização de obras de enorme interesse para as empresas de construção, especialmente de China, Brasil e Índia, e o desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, portos) para o escoamento das riquezas minerais da África, alavancando poderosas mineradoras mundiais, algumas delas dos países que compõem o Brics, e abastecendo o crescente consumo chinês e, em menor escala, indiano.

Para um observador brasileiro, também salta aos olhos a quantidade de referências a diversas regiões e países do cenário internacional sobre os quais o Brasil acabou se manifestando, em coletivo com os demais, na resolução final. Destacam-se, entre eles, além de muitos países africanos, a Síria, a Palestina, o Irã e o Afeganistão, entre outros. Entretanto, neste ponto, vale a pena assinalar que o ponto 26, o que se refere à Síria, aponta, entre outros temas, a necessidade de que todas as partes do conflito permitam e facilitem o acesso de organizações humanitárias a todos os que necessitem de assistência.

Nos temas econômicos, o ponto 9 fala do chamado “Novo Banco de Desenvolvimento”, conhecido também como o Banco de Desenvolvimento dos Brics. Apesar de apontar para a concordância quanto à criação do banco - avaliado como factível e viável - não é apontada nenhuma medida mais concreta quanto a essa criação, o que talvez demonstre, ainda, alguma dúvida ou limite de parceiros. Nos corredores do encontro, muito se comentou sobre restrições e limites da Rússia nesse momento, apertada pela criação de um banco regional na chamada “Eurásia” e pelos evidentes limites encontrados para ajudar a resolver a crise financeira em Chipre, onde muitos recursos financeiros de propriedade de russos estariam colocados. O fato é que esse tema ainda aguarda definições mais concretas em próximos encontros.

De outro lado, caminhou mais rapidamente (ponto 10) a ideia da formação de um Arranjo Contingente de Reservas, uma espécie de cooperação entre os cinco países para a criação de uma rede de segurança financeira (leia-se, um apoio entre os países no caso de eventuais fugas de capitais) formada a partir da possibilidade de disponibilizar, nesses casos, parte das reservas para a defesa solidária dos países membros do Brics. A orientação do documento da Cúpula foi de que os ministros de Finanças (Fazenda, no caso brasileiro) e presidentes do Banco Central continuem trabalhando para estabelecer esse mecanismo.

O ponto 12 reforça os mecanismos de cooperação entre os bancos de desenvolvimento nacionais (o BNDES no caso brasileiro) e os bancos de apoio às exportações e importações, e saúda a inclusão, entre eles, de dois mecanismos, o

“Acordo Multilateral sobre Cooperação e Co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável” e o “Acordo Multilateral para o Co-financiamento de Infraestrutura para a África”, contornando, por meio de mecanismos financeiros e instrumentos já existentes, ao menos alguns dos efeitos da não criação imediata do Banco de Desenvolvimento dos Brics.

O documento saúda, no ponto 42, alguns encontros no processo de preparação da 5ª Cúpula, como o 5º Fórum Acadêmico dos Brics, o 4º Fórum Empresarial e o 3º Fórum Financeiro, mas não há nenhuma referência aos fóruns da sociedade civil e à Cúpula Sindical dos Brics, ocorridos no mesmo momento.

O documento, finalmente, cita a elaboração de um plano de ação, no qual deve ser indicada a realização, entre outros, do encontro de ministros de Agricultura e Desenvolvimento Agrário dos Brics para discutir alguns temas, entre os quais se destacam: segurança alimentar, encontro de Cooperativas dos Brics, Fórum de Urbanização dos Brics e, nas novas áreas de cooperação a serem exploradas, vale apontar uma articulação possível de empresas estatais dos países Brics.

Os Brics e a ação sindical

As centrais sindicais dos Brics já se articulam, de alguma forma, há algum tempo, e durante a reunião da 5ª Cúpula, em Durban, também aconteceu uma reunião da Cúpula Sindical dos Brics (oficialmente o 2º Fórum Sindical dos Brics), organizada pela central sindical sul-africana Cosatu, da qual participou a CUT do Brasil.

Neste Fórum, foram discutidas esperanças, mas também preocupações dos trabalhadores dos cinco países a respeito não só da situação mundial, com também da própria dinâmica dos Brics, as quais estão expressas da Declaração final do Fórum, a seguir. Entre os temas centrais, a preocupação de seguir acompanhando, pressionando e articulando, o que para os sindicatos brasileiros é uma preocupação a mais, em especial porque a próxima reunião dos Brics, no ano que vem, será no Brasil.

Anexo

Declaração do Segundo Fórum do Brics Sindical

Durban (Ethekwini), África do Sul, Março de 2013

Rumo a uma Plataforma Sindical Progressista para o Brics

Introdução

Num espírito de solidariedade internacional, unidade da classe trabalhadora e cooperação sindical, o Fórum Sindical do Brics realizou reunião em Durban, África do Sul, de 23 a 25 de março de 2013, para refletir sobre as transformações críticas da economia política atual e suas consequências sobre os direitos dos trabalhadores/as, a dignidade humana e um desenvolvimento sustentável para todos/as.

Reunidos neste Fórum Sindical do Brics, nós pretendemos avançar sobre as bases lançadas pela Declaração de Moscou, a qual foi adotada no 1º Fórum Sindical na Rússia, em dezembro de 2012. Essa declaração corretamente localizou as iniciativas de cooperação que resultam na emergência do Brics em um contexto histórico de permanência de relações de poder que favorecem os interesses de países desenvolvidos e a exclusão dos países em desenvolvimento.

Desejamos expressar nossa profunda solidariedade e apoio a todos os trabalhadores e trabalhadoras em luta pela defesa dos seus direitos, da saúde e segurança, contra a pobreza, as desigualdades, o desemprego, a degradação ambiental e por um mundo baseado na paz, na justiça e na igualdade de gênero.

Nós afirmamos o direito de todos os povos do mundo de determinarem as suas próprias políticas econômicas, livres das atuais imposições das instituições de Bretton Woods.

Entre outros temas, se discutiu a crise capitalista global, que aumentou a desigualdade e o subdesenvolvimento em diversas partes do mundo. Dada a localização da Cúpula deste ano, tivemos atenção especial às condições enfrentadas pela África, que sofreu com a desumanização colonial e ainda sofre condições extremas de exploração. Essa é uma consequência de persistentes estruturas e padrões neocoloniais de acumulação, comércio injusto e exclusão das estruturas globais de governança.

O significado concreto do Brics para os trabalhadores na atual situação global deveria representar uma alternativa de modelo de desenvolvimento que sirva aos interesses da maioria da sociedade.

Neste sentido, enfatizamos, em uma só voz, a necessidade de participação total e efetiva da classe trabalhadora em todas as instituições do Brics. Somente assim, ele poderá ser diferente de excludentes instituições multilaterais existentes hoje.

Nós identificamos e discutimos quatro áreas temáticas relativas aos rápidos desenvolvimentos nos países do Brics e a importância da visão dos trabalhadores/as sobre o seu significado para a luta por justiça social e desenvolvimento para todos/as:

1. Sobre os padrões de comércio e o que significam para a solidariedade de classe hoje? Rumo a um sistema mundial justo de comércio

Observamos que o comércio entre os Brics está centrado principalmente sobre *commodities* e muito pouco sobre mercadorias com valor agregado. Acreditamos que as políticas de comércio nos países do Brics deveriam apontar para o apoio à industrialização. O seu principal objetivo deveria ser a realização de relações de comércio com benefício mútuo para os países do Brics e para todos os países do mundo, de forma a enfrentar os desequilíbrios entre o norte e o sul. Além disso, os países do Brics deveriam trabalhar com outros países em desenvolvimento rumo à transformação do sistema mundial de comércio.

2. Sobre o desenvolvimento de fontes alternativas de Desenvolvimento Financeiro – Nossa perspectiva sobre o Banco de Desenvolvimento do Brics

Reconhecemos que estamos em uma era marcada pela ascensão da financeirização da economia, a qual tem resultado na dominação do capital financeiro em muitos países em desenvolvimento e pelo resto do mundo.

Saudamos com cautela a proposta do Banco de Desenvolvimento do Brics. Acreditamos fortemente que este banco deve tomar uma forma diferente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Este banco deve ter, sobretudo, um caráter desenvolvimentista.

Consideramos que este Banco de Desenvolvimento deve ser controlado exclusivamente pelo Brics, deve ser financiado exclusivamente com recursos públicos; deve tomar suas decisões por consenso; promover o comércio baseado em nossas próprias moedas, com um foco específico em infraestrutura e desenvolvimento; e consultar seus investidores, inclusive a sociedade e os trabalhadores/as.

Defendemos que as Centrais Sindicais do Brics devem estar representadas nos mais altos escalões decisórios do Banco do Brics.

3. Fortalecer o poder da classe trabalhadora para defender os direitos trabalhistas, lutar contra o desemprego, a pobreza e por trabalho decente e desenvolvimento inclusivo.

Nós reconhecemos que sem uma abordagem coordenada entre as Centrais Sindicais os interesses dos trabalhadores/as podem não ser levados adiante.

Defendendo e promovendo os direitos laborais, nós nos comprometemos a lutar para que as companhias multinacionais cumpram as normas trabalhistas fundamentais e não explorem condições desiguais entre os países, rebaixando os salários e erodindo os direitos ao jogar os/as trabalhadores/as uns contra os/as outros/as.

Além disso, reconhecemos a importância de estruturas nacionais e Internacionais de diálogo tripartite, e as defendemos como espaços chave para avançar na agenda do trabalho decente e garantir a proteção dos direitos laborais, particularmente aqueles dos/as trabalhadores precarizados e migrantes.

Nós lutaremos para garantir que o Brics não se isole das suas contrapartes regionais e continentais, e vamos trabalhar para promover os interesses do mundo em desenvolvimento em geral.

4. Sobre a posição e papel das Centrais Sindicais do Brics na construção de uma agenda voltada à justiça social e ao desenvolvimento centrado nos povos.

É nossa visão comum que a emergência do Brics apresenta um potencial para organizar forças progressistas e ao seu redor várias lutas podem ser coordenadas. No entanto, nós continuaremos a demandar mudanças decisivas na atual perspectiva político-econômica do Brics.

Para intensificar a nossa cooperação, estabelecemos um mecanismo de coordenação que consistirá de representantes de todas as Centrais Sindicais sediadas em cada um dos países do Brics. A sua tarefa imediata é a implementação desta declaração e da anterior, incluindo aí os preparativos para o próximo Fórum Sindical do Brics, no Brasil, em 2014.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório - APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe técnica responsável

Adhemar Mineiro

Thomas Ferreira Jensen